



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140767 - CE (2021/0001016-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : FRANCISCO GEAN BENIGNO (PRESO)
ADVOGADO : LUIZ RICARDO DE MORAES COSTA - CE028980
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
CORRÉU : WILDERLANIA PEREIRA DE ARAUJO
CORRÉU : VALDERLANDIA DE SOUSA FERREIRA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FRANCISCO GEAN BENIGNO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0636488-62.2020.8.06.0000).

O recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes de tráfico e associação para o tráfico de drogas, tendo a custódia cautelar sido convertida em preventiva.

Sustenta que o decreto construtivo careceria de fundamentação concreta e que não estariam presentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Alega que, diante das condições pessoais e da ausência de indícios de que se evadirá do distrito da culpa, sua segregação antecipada seria ilegal.

Aduz que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a sua imediata liberdade, com ou sem a imposição das medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Constata-se a anterior impetração em favor do recorrente no HC n. 634012/CE, contra o mesmo ato coator, cujo pleito liminar já foi inclusive indeferido pelo ministro relator e está em fase de informações.

Nessa esteira, considerando a nova realidade fático-processual, o objeto do presente recurso ordinário esgotou-se, de modo que não há mais o que decidir nestes autos.

Ante o exposto, julgo prejudicado o recurso em *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente